
ESCRITURA PARTICULAR DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA
REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS, DA CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S.A.

entre

CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S.A.

como Emissora,

e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

como Agente Fiduciário

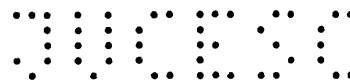
Datado de
10 de dezembro de 2014

82



ÍNDICE

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES	2
CLÁUSULA II REQUISITOS.....	2
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO	4
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES.....	6
CLÁUSULA V GARANTIAS REAIS	14
CLÁUSULA VI ADITAMENTOS.....	16
CLÁUSULA VII AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, OFERTA DE RESGATE ANTECIPADO E VENCIMENTO ANTECIPADO	17
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA	25
CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO	30
CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	39
CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA	40
CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS	43



ESCRITURA PARTICULAR DA 5ª (QUINTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S.A.

Pelo presente instrumento particular,

- I. de um lado, na qualidade de companhia emissora das Debêntures (conforme definido abaixo):

CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S.A., sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, na Avenida Manoel Delfino de Freitas, nº 1.001, bairro Próspera, CEP 88813-900, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 79.655.916/0001-30 e na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("JUCESC") sob o NIRE 42.3.0002073-7, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora"); e

- II. de outro lado, na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304, bairro Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm, por esta e na melhor forma de direito, firmar a presente "*Escritura Particular da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.*" ("Escritura de Emissão"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado que lhes é atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES

1.1. Autorizações da Emissora

1.1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada pela Emissora com base nas deliberações aprovadas em sua assembleia geral extraordinária de acionistas realizada em 10 de dezembro de 2014, na qual foram deliberadas (i) os principais termos e condições da Emissão e a realização da Oferta Restrita; e (ii) a prestação, pela Emissora, das Garantias Reais; tudo em conformidade com o artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações (“AGE da Emissora”).

CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1. A presente 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Emissora, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Emissão”, “Debêntures”, “Oferta Restrita” e “Instrução CVM 476”, respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação da Ata das Aprovações Societárias

2.1.1.1. A ata da AGE da Emissora será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (“JUCESC”) e publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (“DOESC”) e no jornal “A Tribuna” até a data de início da distribuição das Debêntures, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. Inscrição da Escritura de Emissão na JUCESC

2.1.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos (“Aditamentos”) celebrados até a data de início da distribuição das Debêntures deverão ser inscritos na JUCESC até a referida data de início da distribuição das Debêntures, conforme disposto no artigo 62, inciso II e § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2.2. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e seus eventuais Aditamentos devidamente registrados na JUCESC em até 10 (dez) Dias Úteis após a obtenção do respectivo registro.

2.1.3. Registros dos Contratos de Garantia

2.1.3.1 O Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos deverão ser registrados nos respectivos cartórios competentes nos termos e prazos neles previstos e, em todo caso, até a data de início da distribuição das Debêntures.

2.1.3.2. Os Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis deverão ser protocolados para registro nos respectivos cartórios competentes nos termos e prazos neles previstos e, em todo caso, até a data de início da distribuição das Debêntures. O efetivo registro dos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis deverá ser realizado nos termos e prazos previstos em tais instrumentos.

2.1.3.3. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original de cada Contrato de Garantia devidamente registrado no respectivo cartório competente em até 10 (dez) Dias Úteis após a obtenção do respectivo registro.

2.1.4. Dispensa de Registro na CVM e Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

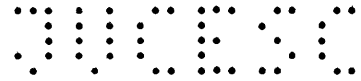
2.1.4.1 A Emissão será realizada nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.4.2. Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos sem utilização de prospecto, a Oferta Restrita deverá ser registrada na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informação para a base de dados da ANBIMA, estando tal obrigação de registro condicionada à expedição de diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

2.1.5. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.1.5.1. As Debêntures serão registradas para: (i) colocação no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.5.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.1.5.1 desta Escritura de Emissão, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e observado o cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 de referida Instrução, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.



CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (a) a fabricação e comércio de azulejos, seus acessórios e subprodutos, azulejos decorativos, ladrilhos, pisos de todos os tipos, pastilhas, tijolos refratários, louças, fritas, corantes, tijolos, telhas e produtos de cerâmica em geral, podendo importar e exportar, proceder pesquisas e lavras de jazidas de minerais, em conformidade com o Código de Minas e leis afins; (b) prestação de serviços relacionados à aplicação de revestimentos cerâmicos e outras obras de acabamento de construção; (c) compra e venda de imóveis; e (d) a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Emissão constitui a 5ª (quinta) Emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais) ("Valor Total da Emissão").

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos, sob o regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, com intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder") e outras instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários que venham a integrar o consórcio de distribuição (em conjunto com o Coordenador Líder, "Instituições Intermediárias"), por meio do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, nos termos e condições estabelecidos no Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da 5ª (Quinta) Emissão da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A. ("Contrato de Colocação").

3.5.2. Sem prejuízo do disposto acima, o plano de distribuição pública seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, no âmbito da Emissão, as Instituições Intermediárias: (i) somente poderão procurar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

3.5.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta Restrita: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas que investirem nas Debêntures deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.3. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente, entre outras coisas, de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuou sua própria análise sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias Reais.

3.5.4. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelas Instituições Intermediárias aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará Plano de Distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo investidores qualificados, incluindo, mas não se limitando a (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios (“Investidores Qualificados”).

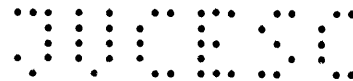
3.5.5. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. Para fins da presente Emissão, o banco liquidante da Emissão e o escriturador mandatário das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 (“Banco Liquidante” e “Escriturador Mandatário”, conforme o caso.

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos captados por meio da presente Emissão serão destinados, no valor de até R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), para investimento em capital de giro, e no valor



de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em investimentos em unidade fabril da Emissora localizada no Município de Criciúma, Estado de Santa Catarina, na Rodovia BR 101, Km 392,5, bairro São Domingos.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Gerais

4.1.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.2 Quantidade de Debêntures

4.1.2.1. Serão emitidas 9.000 (nove mil) Debêntures para distribuição pública com esforços restritos.

4.1.3 Número de Séries

4.1.3.1. A Emissão será realizada em série única.

4.1.4 Data de Emissão

4.1.4.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 12 de dezembro de 2014 (“Data de Emissão”).

4.1.5 Prazo e Data de Vencimento

4.1.5.1. As Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, vencendo-se, portanto em 12 de dezembro de 2019 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de oferta de resgate antecipado total, estabelecidas nas Cláusulas 7.3 e 7.2 desta Escritura de Emissão, respectivamente. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo Valor Nominal Unitário ou Saldo de seu Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida, calculada conforme a Cláusula 4.1.11 desta Escritura de Emissão.

4.1.6 Espécie

4.1.6.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, nos termos da Escritura de Emissão e conforme detalhado na Cláusula V abaixo.

4.1.7. Forma, Tipo e Conversibilidade

4.1.7.1. As Debêntures serão da forma nominativa e escritural, simples e não conversíveis em ações da Emissora, sem emissão de certificados.

4.1.8. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.1.8.1. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.1.9. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.1.9.1. O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário, sem acréscimo da Remuneração ou qualquer outro encargo, com integralização à vista, em moeda corrente nacional. As Debêntures serão subscritas em uma única data (“Data de Subscrição”), sendo que sua integralização poderá ocorrer em data diversa e posterior à sua subscrição (“Data de Integralização”). Caso a Data de Integralização das Debêntures ocorra em data diferente da Data de Subscrição (para parte ou a totalidade das Debêntures), o preço de integralização das Debêntures será o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração calculado *pro rata temporis* desde a Data de Subscrição até a referida Data de Integralização.

4.1.10. Atualização do Valor Nominal Unitário

4.1.10.1. Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.1.11. Remuneração

4.1.11.1. As Debêntures renderão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida exponencialmente de um *spread* ou sobretaxa de 2,85% (dois inteiros e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, desde a Data de Subscrição ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula especificada abaixo:

$$J = VNe \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

J = Valor unitário da Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final de cada Período de Capitalização;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde:

FatorDI = produtório dos fatores das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo da Remuneração exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

k = número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 até “n”;

n = número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

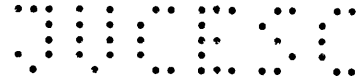
TDIk = Taxa DI, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k = 1, 2, ..., n;

DIk = Taxa DI de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;



FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread = 2,8500 (dois inteiros e oitenta e cinco décimos de milésimos);

DP = É o número de Dias Úteis entre a Data de Subscrição ou, Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, e a data atual, exclusive, sendo “DP” um número inteiro;

- (i) O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDIk})$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (ii) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \text{TDIk})$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (iii) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (iv) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
- (v) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.1.11.2. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI pela CETIP na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura de Emissão, inclusive a Remuneração, será aplicada, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável.

4.1.11.3. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa DI às Debêntures, ou determinação judicial proibindo tal aplicação, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar, conforme o caso: (i) do 1º (primeiro) Dia Útil após a extinção da Taxa DI; (ii) do 1º (primeiro) Dia Útil após o período de 10 (dez) dias consecutivos em que a Taxa DI não tenha sido apurada e/ou divulgada; ou (iii) do 1º (primeiro) Dia Útil após a existência de impossibilidade legal ou de

4.1.12. Pagamento da Remuneração

4.1.12.1. A Remuneração será paga mensalmente, a partir de 12 de janeiro de 2015, sendo o último pagamento devido na Data de Vencimento (“Data de Pagamento da Remuneração”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de oferta de resgate antecipado total, estabelecidas nas Cláusulas 7.3 e 7.2 desta Escritura de Emissão.

4.1.13. Repactuação

4.1.13.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.1.14. Amortização

4.1.14.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado nos percentuais e datas abaixo indicados, em 49 (quarenta e nove) parcelas mensais e consecutivas, sendo a primeira parcela paga a partir do 12º (décimo segundo) mês, inclusive, a contar da Data de Emissão (“Carência”), conforme abaixo (“Data de Amortização”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de aquisição antecipada facultativa e de oferta de resgate antecipado, estabelecidas nas Cláusulas 7.3, 7.1 e 7.2 desta Escritura de Emissão, respectivamente.

Parcela	Data de Pagamento	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário
1	12 de dezembro de 2015	2,0408
2	12 de janeiro de 2016	2,0408
3	12 de fevereiro de 2016	2,0408
4	12 de março de 2016	2,0408
5	12 de abril de 2016	2,0408
6	12 de maio de 2016	2,0408
7	12 de junho de 2016	2,0408
8	12 de julho de 2016	2,0408
9	12 de agosto de 2016	2,0408
10	12 de setembro de 2016	2,0408
11	12 de outubro de 2016	2,0408
12	12 de novembro de 2016	2,0408
13	12 de dezembro de 2016	2,0408
14	12 de janeiro de 2017	2,0408
15	12 de fevereiro de 2017	2,0408
16	12 de março de 2017	2,0408
17	12 de abril de 2017	2,0408
18	12 de maio de 2017	2,0408
19	12 de junho de 2017	2,0408
20	12 de julho de 2017	2,0408
21	12 de agosto de 2017	2,0408

Cláusula não seja suficiente para comprová-la, o pagamento será realizado com o desconto da alíquota dos tributos incidentes.

4.1.16. Prorrogação dos Prazos

4.1.16.1. Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se Dia Útil qualquer dia que não seja sábado, domingo, feriado declarado nacional e que haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Dia Útil” e, no plural, “Dias Úteis”)

4.1.16.2. Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes desta Escritura de Emissão, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro Dia Útil subsequente, se na data de vencimento da respectiva obrigação não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.1.17. Encargos Moratórios

4.1.17.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor total devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança (em conjunto, “Encargos Moratórios”).

4.1.18. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.1.18.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.1.17.1 desta Escritura de Emissão, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento da Remuneração e/ou Data de Vencimento.

4.1.19. Publicidade

4.1.19.1. Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, serão publicados no DOESC e no jornal “A Tribuna”, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, e na página da Emissora na internet (<http://www.ceramicaportinari.com.br/quem-somos/relacionamento-com-investidores/>), observadas as limitações impostas pela

Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

4.1.19.2. Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá, em até 10 (dez) Dias Úteis da realização do ato societário que aprovou tal alteração, enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo.

CLÁUSULA V GARANTIAS REAIS

5.1. Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, a Emissora constituirá, de forma irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, os seguintes direitos reais de garantia (em conjunto, “Garantias Reais”):

(i) cessão fiduciária em garantia dos direitos creditórios de titularidade da Emissora oriundos da carteira de recebíveis performados, atuais e futuros, representados por duplicatas em cobrança registrada no Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”), com o volume mínimo de 25% do saldo devedor da Emissão (“Índice de Cobertura dos Direitos Creditórios”), bem como sobre a conta vinculada na qual serão mantidos os recebíveis aqui indicados, nos termos do respectivo contrato de cessão fiduciária a ser celebrado pela Emissora (“Contrato de Cessão Fiduciária”);

(ii) alienação fiduciária em garantia dos seguintes imóveis: (a) unidade industrial da Emissora localizada no Município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, inclusive edificações (“Imóvel de Santa Luzia”); e (b) unidade industrial da Emissora localizada no Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina, inclusive edificações (“Imóvel de Tubarão” e, em conjunto com o Imóvel de Santa Luzia, “Imóveis”); no valor mínimo de execução forçada equivalente a 50% do saldo devedor da Emissão (considerando-se os Imóveis em conjunto) (“Índice de Cobertura das Garantias Imobiliárias”), conforme aferido por empresa avaliadora a ser contratada para este fim, nos termos dos respectivos contratos de alienação fiduciária a serem celebrados pela Emissora (“Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis”); e

(iii) alienação fiduciária de máquinas e equipamentos integrantes da unidade industrial localizada no Município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, a ser constituída sob condição suspensiva, qual seja, a definitiva liberação e consequente extinção do ônus atualmente existente sobre os equipamentos objeto da referida garantia, constituído por força de penhora no âmbito da execução fiscal nº 0245.06.096475-7, nos termos do respectivo contrato de alienação fiduciária a ser celebrado pela Emissora (“Contrato de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos” e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária e os Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis, “Contratos de Garantia”).

5.2. A verificação do Índice de Cobertura dos Direitos Creditórios será realizada nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, enquanto a verificação do Índice de Cobertura das Garantias Imobiliárias será realizada nos termos da Cláusula 5.2.1 abaixo.

5.2.1. O Índice de Cobertura das Garantias Imobiliárias deverá ser verificado pelo Agente Fiduciário mensalmente, em até 5 (cinco) Dias Úteis após cada Data de Pagamento da Remuneração. Para tanto, o Agente Fiduciário deverá considerar como valor total das Garantias Reais indicadas no inciso (ii) da Cláusula 5.2 acima o somatório dos seguintes valores: (i) o valor de avaliação do Imóvel de Santa Luzia (conforme venha a ser especificado no respectivo Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel); e (ii) o valor de avaliação do Imóvel de Tubarão (conforme venha a ser especificado no respectivo Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel).

5.2.2. Caso o Agente Fiduciário verifique, a qualquer momento durante a vigência das Debêntures, o não atendimento do Índice de Cobertura das Garantias Imobiliárias por qualquer motivo, o Agente Fiduciário deverá, na qualidade de representante dos Debenturistas, comunicar a Emissora sobre a ocorrência de tal descumprimento até o Dia Útil imediatamente subsequente à respectiva data de verificação, de forma que a Emissora possa tomar as providências necessárias para restabelecimento do referido Índice de Cobertura das Garantias Imobiliárias no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação mencionada nesta cláusula.

5.2.3. Caso seja verificado, a qualquer momento durante a vigência das Debêntures, que o Índice de Cobertura das Garantias Imobiliárias é atendido exclusivamente pelo valor de avaliação do Imóvel de Santa Luzia (conforme venha a ser especificado no respectivo Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel), a Emissora poderá solicitar a liberação da Garantia Real representada pela alienação fiduciária do Imóvel de Tubarão, observado que, caso o valor de avaliação do Imóvel de Santa Luzia tenha sido apurado com base em laudo de avaliação emitido há mais de 4 (quatro) meses contados da data em que for solicitada a liberação da garantia pela Emissora, o Agente Fiduciário deverá, às expensas da Emissora, contratar em até 2 (dois) Dias Úteis uma das empresas especializadas a serem indicadas no respectivo Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel para elaborar laudo de avaliação do valor atualizado do Imóvel de Santa Luzia no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de sua contratação.

5.2.3.1. A liberação da alienação fiduciária do Imóvel de Tubarão nos termos da Cláusula 5.2.3 acima deverá ser formalizada mediante a celebração pelo Agente Fiduciário de respectivo termo de quitação para liberação da garantia no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, conforme aplicável: (i) da solicitação de liberação da garantia enviada pela Emissora, caso o valor de avaliação do Imóvel de Santa Luzia tenha sido apurado com base em laudo de avaliação emitido no período de até 4 (quatro) meses contados da data em que foi solicitada a liberação da garantia pela Emissora; ou (ii) do laudo de avaliação do valor atualizado do Imóvel de Santa Luzia, caso este tenha sido emitido nos termos da Cláusula 5.2.3 acima.

5.3. Até a Data de Subscrição, o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos deverão ter sido firmados e registrados nos registros públicos competentes, bem como deverão ter sido observadas as demais formalidades para que tais Garantias Reais estejam devidamente constituídas, incluindo, mas não se limitando a, terem sido efetuadas as notificações eventualmente previstas em tais Contratos de Garantia e atingidos os montantes mínimos de garantia aplicáveis conforme Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão.

5.4. Até a Data de Subscrição, os Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis deverão ter sido firmados e protocolados para registro nos registros públicos competentes, bem como já deverão ter sido observadas as demais formalidades para constituição de tais Garantias Reais, incluindo, mas não se limitando a, terem sido efetuadas as notificações eventualmente previstas em tais Contratos de Garantia e atingidos os montantes mínimos de garantia aplicáveis conforme Cláusula 5.1 desta Escritura de Emissão. O efetivo registro dos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis deverá ser realizado nos termos e prazos previstos em tais instrumentos.

5.4. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário representando os Debenturistas, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

CLÁUSULA VI ADITAMENTOS

6.1. Quaisquer Aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser realizados por escrito, assinados por todas as partes desta Escritura de Emissão, e arquivados na JUCESC.

6.2. Os Aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser protocolados na JUCESC em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua celebração.

6.3. A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original dos eventuais Aditamentos devidamente registrados na JUCESC em até 10 (dez) Dias Úteis após a obtenção do respectivo registro.



7.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55, §3º da Lei das Sociedades por Ações (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das suas demonstrações financeiras. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser: (i) canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus a mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.

7.2.1. Sem prejuízo do disposto nos itens 7.2.2 e seguintes abaixo, não será admitido o resgate antecipado facultativo total ou parcial das Debêntures.

7.2.2. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado para a totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas, endereçadas obrigatoriamente a todos os Debenturistas sem distinção, sendo assegurada a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar ou não o resgate das Debêntures por eles detidas (“Oferta de Resgate Antecipado”). A Oferta de Resgate Antecipado será realizada da seguinte forma:

7.2.2.1. A Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação a todos os Debenturistas, com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, via (i) correspondência endereçada à totalidade dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou (ii) publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da cláusula 4.1.19.1 desta Escritura de Emissão (“Edital de Oferta de Resgate Antecipado”), a qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (i) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por Debenturistas que detenham uma quantidade mínima de Debêntures; (ii) o valor do prêmio de resgate, caso exista, o qual não poderá ser negativo; (iii) a forma de manifestação do Debenturista que aceitar a Oferta de Resgate Antecipado, junto à Emissora; (iv) data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (v) demais informações necessárias para tomada de decisão dos Debenturistas.

7.2.2.2. Após a divulgação dos termos da Oferta de Resgate Antecipado conforme, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar diretamente à

- (iii) (a) decretação de falência da Emissora; (b) pedido de autofalência formulado pela Emissora; (c) pedido de falência da Emissora, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- (iv) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária descrita nesta Escritura de Emissão não sanado no prazo de até 1 (um) Dia Útil da data em que tal obrigação se tornou devida;
- (v) transformação societária da Emissora, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (vi) redução de capital social da Emissora, exceto se previamente aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, §3º da Lei das Sociedades por Ações;
- (vii) se esta Escritura de Emissão ou qualquer uma de suas disposições substanciais forem declaradas inválidas, nulas ou inexequíveis, por decisão arbitral ou judicial transitada em julgado;
- (viii) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, reorganização societária, venda de participação ou qualquer outra operação societária que acarrete em alteração do atual controle societário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto da Emissora, conforme o caso, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (ix) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer dos Contratos de Garantia, salvo se tal transferência, cessão ou promessa de cessão for previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (x) alteração ou modificação do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora de forma a alterar as atividades principais atuais, conforme descritas na Cláusula 3.1.1 desta Escritura de Emissão, e/ou de forma a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas, exceto se previamente aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (xi) decretação de vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora assumidas no âmbito do mercado financeiro e/ou de capitais ("Dívidas Financeiras e de Mercado");

- (xii) decretação de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária (exceto as Dívidas Financeiras e de Mercado), envolvendo valor, individualmente ou em conjunto, igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado (i) no prazo previsto no respectivo contrato, se houver ou (ii) caso não haja um prazo de cura específico no respectivo contrato, no prazo de até 1 (um) Dia Útil da data em que tal obrigação se tornou devida;
- (xiii) inadimplemento, pela Emissora, e/ou ocorrência de evento de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, envolvendo valor, individualmente ou em conjunto, igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado (i) no prazo previsto no respectivo contrato, se houver ou (ii) caso não haja um prazo de cura específico no respectivo contrato, no prazo de até 1 (um) Dia Útil da data em que tal obrigação se tornou devida;
- (xiv) alienação ou aquisição, pela Emissora, de ativo(s) em valor, individual ou agregado, igual ou superior a 15% (quinze por cento) do valor total do ativo imobilizado da Emissora, conforme apurado nas respectivas demonstrações financeiras auditadas mais recentes, por cada período de 12 (doze) meses a partir da Data de Subscrição, exceto se (i) tratar-se de ativo(s) utilizado(s) no curso normal de seus negócios, ou (ii) previamente aprovada por Debenturistas representando no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (xv) constituição de qualquer ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima (“Ônus”)) sobre ativo(s) da Emissora, exceto se (i) em valor individual igual ou inferior a 15% (quinze por cento) do valor total do ativo imobilizado da Emissora, conforme apurado nas respectivas demonstrações financeiras auditadas mais recentes; (ii) tratar-se de ativo(s) utilizado(s) no curso normal de seus negócios; ou (iii) previamente aprovada por Debenturistas representando no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- (xvi) contratação de qualquer empréstimo, financiamento ou qualquer outra modalidade de obrigação de cunho financeiro, na qual a Emissora figure como parte concedente, e qualquer dos acionistas controladores diretos ou indiretos, ou controladas da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) figurem como parte tomadora, assim como a celebração de contratos de mútuo pela Emissora com seus acionistas, exceto se previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;

- (xvii) observado o disposto no inciso (xxxiii) do item 8.1 desta Escritura de Emissão, realização de qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou qualquer outra maneira de transferência de recursos a ser distribuído seu(s) acionista(s) na qualidade de acionistas, ressalvado, entretanto, o pagamento de dividendo mínimo obrigatório equivalente a, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado apurado pela Emissora no respectivo período, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xviii) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 3.7.1 desta Escritura de Emissão;
- (xix) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que ocorrer o efetivo inadimplemento;
- (xx) protesto de títulos contra a Emissora em valor unitário ou agregado, igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo se: (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e aprovado por Debenturistas representando no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou (b) for sustado ou cancelado, em qualquer hipótese, no prazo legal, o qual será considerado como prazo de cura;
- (xxi) descumprimento, pela Emissora, de qualquer decisão judicial e/ou de qualquer decisão administrativa ou arbitral não sujeita a recurso ou contestação judicial, conforme o caso, e à qual não tenha sido concedido efeito suspensivo, contra a Emissora;
- (xxii) não obtenção, renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer das controladas direta ou indireta da Emissora, conforme o caso, e cuja falta afete de forma adversa a capacidade da Emissora de cumprir qualquer de suas obrigações no termos desta Escritura de Emissão, exceto se dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora comprove (com aprovação dos Debenturistas representando no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação) a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença, concessão, alvará ou autorização;
- (xxiii) comprovação de que qualquer das declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta Restrita, de que seja parte, conforme aplicável, provaram-se falsas, incorretas, incompletas ou enganosas na data em que foram prestadas;

- (xxiv) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades, das ações do capital social da Emissora, desde que tal ato, a critério dos Debenturistas, afete de forma adversa a capacidade da Emissora de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xxv) descumprimento de qualquer obrigação prevista nos Contratos de Garantia, não sanado (i) no prazo previsto no respectivo contrato, se houver ou (ii) caso não haja um prazo de cura específico no respectivo contrato, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da data em que ocorreu o referido descumprimento;
- (xxvi) caso qualquer das Garantias Reais, por qualquer motivo, torne-se inábil, imprópria ou insuficiente para assegurar o cumprimento de todas as obrigações da Emissora com relação às Debêntures sem que seja realizada a recomposição ou substituição da respectiva Garantia Real nos termos e prazos desta Escritura de Emissão e/ou do respectivo Contrato de Garantia;
- (xxvii) se qualquer dos Contratos de Garantia ou qualquer uma de suas respectivas disposições substanciais forem declaradas inválidas, nulas ou inexequíveis, por decisão arbitral ou judicial transitada em julgado;
- (xxviii) se as Garantias Reais representadas pelos Contratos de Alienação Fiduciária de Imóveis não forem devidamente formalizadas e constituídas no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da Data de Subscrição;
- (xxix) sequestro ou arresto de ativos da Emissora, cujo valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (xxx) penhora de ativos da Emissora, cujo valor seja igual ou superior a: (a) R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), considerado individualmente; ou (b) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), considerado no agregado;
- (xxxi) questionamento judicial, pela Emissora, desta Escritura de Emissão e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia e/ou de qualquer das Garantias Reais; e
- (xxxii) não observância pela Emissora dos seguintes índices e limites financeiros (“Índices Financeiros”), acompanhados semestralmente pelo Agente Fiduciário, a serem calculados pelos auditores independentes contratados pela Emissora com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas ou revisadas, conforme o caso, ao final de cada semestre a partir do semestre que terá como base as demonstrações financeiras da Emissora de 31 de dezembro de 2014, em até 15 (quinze) dias corridos após a publicação pela Emissora de suas respectivas demonstrações financeiras consolidadas, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures;

(a) Dívida financeira líquida / EBITDA menor ou igual a:

Demonstração Financeira de:	Até 31 de dezembro de 2014	A partir de 30 de junho de 2015
Múltiplo	2,40x	2,00x

(b) (Dívida financeira líquida + Parcelamento de impostos) / EBITDA menor ou igual

a:

Demonstração Financeira de:	Até 30 de junho de 2016	Em 31 de dezembro de 2016 e 30 de junho de 2017	A partir de 31 de dezembro de 2017
Múltiplo	4,50x	3,30x	2,50x

Para fins da presente Escritura de Emissão, considera-se:

“Dívida Financeira Líquida”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos, aquisições a pagar (exceto aquelas realizadas pela Emissora no curso normal de seus negócios) e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas ou revisadas da Emissora, conforme o caso, menos as disponibilidades.

“EBITDA” significa o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) despesas não recorrentes (tais como indenizações, multas fiscais, contingências trabalhistas e cíveis), sendo que as despesas neste item (iv) são limitadas a 10% (dez por cento) do valor total do conjunto dos demais componentes do EBITDA nos termos desta definição; e excluindo-se (i) receitas não operacionais; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

“Parcelamento de Impostos” significa Parcelamento de débitos tributários, de competência da União Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, concedido na forma e condição estabelecidas em lei específica.

7.3.2. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Vencimentos Antecipado indicados nos incisos (i) a (xviii) e (xxxi) na Cláusula 7.3.1 desta Escritura de Emissão, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

7.3.3. Na ocorrência dos Eventos de Vencimentos Antecipado previstos nos demais incisos da Cláusula 7.3.1 desta Escritura de Emissão (que não aqueles descritos na Cláusula 7.3.2. acima), o Agente Fiduciário deverá, convocar, no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil a contar do momento em que tomar ciência do evento, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar nos prazos e demais condições descritas na Cláusula X desta Escritura de Emissão, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

7.3.4. Se, na assembleia geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 7.3.1 desta Escritura de Emissão, Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

7.3.5. Se, na assembleia geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 7.3.1 desta Escritura de Emissão, não for deliberada a não declaração do vencimento antecipado, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado de todas obrigações decorrentes das Debêntures e enviar, imediatamente, carta protocolada ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio à Emissora, com cópia para a CETIP e ao Banco Liquidante.

7.3.6. Em caso do vencimento antecipado, pelo Agente Fiduciário, das obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora, obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Subscrição ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) Dias Úteis contado da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada, ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama, no endereço constante da Cláusula XII desta Escritura de Emissão ou por meio de fax, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

7.3.7. Caso ocorra o vencimento antecipado, caberá à Emissora comunicar, por meio de correspondência, em conjunto com o Agente Fiduciário, a CETIP com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data em que deva realizar o pagamento, observado o prazo disposto na Cláusula 7.3.6 desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. A Emissora, até a liquidação de todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, adicionalmente se obriga a:

- (i) arcar com todos os custos decorrentes da distribuição e manutenção das Debêntures, incluindo, mas não se limitando a: (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) com o registro e a publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais Aditamentos, Contratos de Garantia e eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador Mandatário, banco depositário nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e assessores legais;
- (ii) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 03 (três) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes registrados na CVM, bem como declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (d) a suficiência dos Índices Financeiros e o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão;
 - (b) no prazo de 15 (quinze dias) após o que ocorrer primeiro entre 45 (quarenta e cinco dias) corridos, contados da data de término do respectivo semestre e a data da efetiva divulgação da respectiva demonstração financeira, conforme o caso, cópia de relatório específico de apuração dos Índices Financeiros elaborado por auditores independentes contratados pela Emissora, previstos na Cláusula 7.3.1 inciso (xxii) desta Escritura de Emissão, com sua respectiva memória de cálculo contendo todas as rubricas necessárias à sua apuração, sob pena de impossibilidade de conferência pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários, bem como declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) não ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social; e (d) a suficiência dos Índices Financeiros e o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão; e

- (c) informações a respeito de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nesta Escritura de Emissão na mesma data de sua ocorrência;
- (iii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pela regulamentação da CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (iv) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 03 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente às Instituições Intermediárias e ao Agente Fiduciário; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.
- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, bem como não alterar a forma de contabilização atual, exceto por determinação legal ou normas da CVM;
- (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, nos termos da Cláusula X desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;

- (vii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (viii) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (ix) notificar o Agente Fiduciário em até 2 (dois) Dias Úteis sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão de suas atividades ou que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, bem como sobre a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado previsto nesta Escritura de Emissão;
- (x) manter a propriedade sobre seus bens e propriedades relevantes e particularmente sobre seus imóveis;
- (xi) manter os ativos mencionados acima segurados por companhia de seguro de primeira linha, com cobertura dos valores e riscos adequados para a condução de seus negócios e para o valor de seus ativos e de acordo com os padrões de sociedades do mesmo setor no Brasil;
- (xii) promover o registro dos Contratos de Garantia nos cartórios competentes até a Data de Subscrição, conforme previsto na Cláusula 5.3 acima;
- (xiii) fornecer ao Agente Fiduciário vias originais dos Contratos de Garantia e de eventuais aditamentos, devidamente registrados nos cartórios competentes, nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (xiv) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xvi) manter-se devidamente organizada e constituída como uma sociedade por ações sob as leis brasileiras;
- (xvii) cumprir com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável, bem como de normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, inclusive ambientais, incluindo manutenção de licenças relevantes, aprovações e requerimentos societários, governamentais, legais ou regulamentares aplicáveis, necessárias para o exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

- (xviii) observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam ser recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável;
- (xix) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) Dias Úteis antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as Controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (xx) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando a, o disposto na Instrução CVM n.º 476 e no artigo 48 da Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");
- (xxi) abster-se de negociar debêntures de sua emissão até o envio da Comunicação de Encerramento, salvo nas hipóteses previstas no artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (xxii) abster-se, até o envio da comunicação de encerramento à CVM, de (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
- (xxiii) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (xxiv) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xxv) enviar, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário, as informações necessárias para que o Agente Fiduciário possa realizar o acompanhamento da destinação dos recursos

captados por meio da Emissão, nos termos da Instrução da CVM 28, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data da respectiva solicitação;

- (xxvi) manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (xxvii) obter e manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações, incluindo as societárias, governamentais e de terceiros, exigidas (a) celebração, validade ou exequibilidade desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas; e (b) para o fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações garantidas;
- (xxviii) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social, com esta Escritura de Emissão e com os Contratos de Garantia, em especial os que comprometam o pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas perante os Debenturistas;
- (xxix) tomar todas as medidas que se fizerem necessárias ao registro e formalização desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantias, incluído seus aditamentos, correndo por conta da Emissora todas as despesas atuais e futuras, inclusive de natureza fiscal, que decorram dos registros;
- (xxx) até a Data de Vencimento, observar, cumprir e/ou fazer cumprir, por si e por qualquer uma de suas respectivas controladas, diretores, membros de conselho de administração, quaisquer terceiros, incluindo assessores ou prestadores de serviço agindo em seu benefício e/ou de suas respectivas controladas, diretores, membros de conselho de administração (“Representantes”), a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (“Lei Anticorrupção”), bem como abster-se de praticar qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, “caixinha” ou outro pagamento ilegal (em conjunto, “Condutas Indevidas”), devendo: (a) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento das Lei Anticorrupção; (b) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais e/ou os demais prestadores de serviços, previamente ao início de sua atuação no âmbito da Oferta Restrita; (c) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira; e (d) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias;
- (xxxi) notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas; e

(xxxii) durante o Período de Carência, realizar qualquer pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou qualquer outra maneira de transferência de recursos ou de participação no resultado a seu(s) acionista(s), inclusive o pagamento de dividendo mínimo obrigatório, se houver, em uma ou mais contas vinculadas e não movimentáveis a serem constituídas pelo(s) respectivo(s) acionista(s) especificamente para recebimento de tais valores e em relação às quais será constituído ônus (cessão fiduciária em garantia) em favor dos Debenturistas, ficando desde já estabelecido entre as Partes que os termos e condições do ônus que recairá sobre essa(s) conta(s) vinculada(s) serão definidos pelos Debenturistas e pela Emissora reunidos em Assembleia Geral.

8.1.1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia como Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora.

9.2. Declaração

9.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;

- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (vi) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (viii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (ix) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xi) que verificou, no momento que aceitou a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, por meio das informações e documentos fornecidos pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não efetuou qualquer tipo de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações da Emissora ora prestadas;
- (xii) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviço de agente fiduciário na 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, para distribuição pública com esforços restritos, da Emissora ("4ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 23 de agosto de 2016, em que foram emitidas 9.000 (nove mil) debêntures, no valor de R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais) na respectiva data de emissão. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento, tendo, contudo, ocorrido eventos de amortização, conforme previsto na respectiva escritura de emissão. Na respectiva data da emissão, as debêntures da 4ª Emissão da Emissora são garantidas por cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Emissora, representados por carteira de recebíveis performados, atuais e futuros, em cobrança bancária e/ou em carteira, registrada e/ou registrada no banco depositário contra determinados clientes da Emissora, conforme previsto na respectiva escritura de emissão; e

- (xiii) a pessoa que o representam na assinatura desta Escritura tem poderes bastantes para tanto.

9.2.2 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.7 desta Escritura de Emissão.

9.3.2. A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis o fato à Emissora, para que esta comunique aos Debenturistas mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

9.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESC.

9.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura de Emissão ou de eventual Aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral liquidação das Debêntures ou até sua efetiva substituição, o que ocorrer primeiro.

9.3.7. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições,

sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (v) custear: (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, considerando o disposto na Cláusula 9.6.5 desta Escritura de Emissão; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- (vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, contudo não é obrigado a atestar a veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável;
- (vii) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da caracterização de descumprimento de

obrigação não pecuniária por parte da Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (x) verificar a regularidade da constituição das Garantias Reais, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (xii) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (xiii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 03 (três) vezes na forma da Cláusula 2.1.1;
- (xiv) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

- (e) amortização do Valor Nominal, pagamento e repactuação, se o caso, da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão; e
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (xvi) colocar o relatório de que trata alínea item (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório;
 - (c) na CVM;
 - (d) na sede das Instituições Intermediárias; e
 - (e) na sede da CETIP.
- (xvii) publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (xvi) acima;
- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, e os Debenturistas, assim que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizarão, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição da titularidade das Debêntures;
- (xix) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

- (xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e
- (xxi) disponibilizar o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração a ser calculado pela Emissora, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração correspondente e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) executar as Garantias Reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora;
- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas; e
- (v) representar os debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 9.5.1 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso (v) acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

9.5.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de

eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.5.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

9.5.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

9.5.6. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração anual de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o resgate total das Debêntures.

9.6.2. Na hipótese de ocorrer aquisição antecipada facultativa, oferta de resgate antecipado ou vencimento antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, conforme previstos nesta Escritura de Emissão, antes do prazo final definido na Cláusula 4.1.5, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deve devolver a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade, à Emissora, se assim solicitado pela mesma.

9.6.3. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

9.6.4. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 9.6.1 desta Escritura de Emissão será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado ("IGP-M"), ou na sua falta ou impossibilidade de

aplicação, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata a Cláusula 9.6.1 desta Escritura de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata die*.

9.6.5. Os valores serão acrescidos dos seguintes tributos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); e (iv) quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o IR (Imposto de Renda) nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura de Emissão correspondem a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

9.6.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

9.6.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora, se assim solicitado, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição.

9.6.8. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando a alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

9.6.9. A remuneração prevista será devida mesmo após o vencimento das Debêntures quando tratar-se de adoção, pelo Agente Fiduciário, dos procedimentos elencados em lei ou na Escritura de Emissão, como configuradores de vencimento antecipado.

9.6.10. A remuneração descrita na Cláusula 9.6.1 desta Escritura de Emissão será devida mesmo após a Data de Vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário permaneça atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora.

9.6.11. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.6.12. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem

adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) Dias Úteis, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte deste Agente Fiduciário.

9.6.13. O ressarcimento a que se refere à Cláusula 9.6.11 desta Escritura de Emissão será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.6.14. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, despesas com *conference call* e contatos telefônicos, notificações, fotocópias, digitalizações, envio de documento, extração de certidões, viagens, transportes, alimentação e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

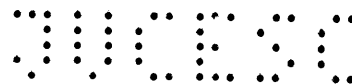
CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

10.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura de Emissão, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

10.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada: (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

10.4. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas titulares das Debêntures em circulação.

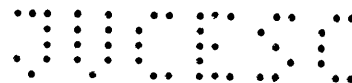


- (xvii) todas informações prestadas e fornecidas são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão;
- (xviii) não omitiu nenhum ato ou fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira, bem como jurídica sua em prejuízo dos Debenturistas;
- (xix) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurarem a manutenção das condições fundamentais das operações aéreas e de funcionamento da Emissora;
- (xx) está em situação regular perante toda a legislação trabalhista, tributária e ambiental, ressalvados e excetuados todos os casos que a Emissora esteja discutindo de boa fé, nas esferas judiciais e/ou administrativas; e
- (xxi) não há fatos relativos à Emissora, a suas controladas e coligadas, ou às Debêntures, que, até a Data de Emissão, não foram divulgados ao Agente Fiduciário, cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante desta Escritura de Emissão seja enganosa, incorreta ou inverídica.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:
CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S.A.
Avenida Manoel Delfino de Freitas, 1.001, Bairro Próspera
CEP 88813-900 - Criciúma, SC
At.: José Zimmermann Junior
Telefone: (48) 3431-6333
E-mail: jzj@cecrisa.com.br
- (ii) Para o Agente Fiduciário:
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Avenida das Américas, 4.200, bloco 08, ala B, salas 303 e 304
CEP 22640-102 – Rio de Janeiro, RJ
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
Tel: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: operacional@pentagonotrustee.com.br



(iv) Para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:
BANCO BRADESCO S.A.
Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara
CEP 06029-900 – Osasco, SP
At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo
Tel.: (11) 3684-7911 / (11) 3864-2852
Fax: (11) 3684-2714
e-mail: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiartf@bradesco.com.br /
4010.tomo@bradesco.com.br

(vi) Para a CETIP:
CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS
Avenida República do Chile, 230, 11º andar
CEP 20031-170 - Rio de Janeiro, RJ
Tel: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar
São Paulo, SP
CEP 01452-001
Tel: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3115-1564

12.1.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

12.1.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Liquidante, ao Agente Fiduciário e ao Escriturador Mandatário pela Emissora.

12.2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.4. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.5. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

12.6. Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

12.7. Fica eleito o foro central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Criciúma, 10 de dezembro de 2014.

[RESTANTE DA PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO.
SEGUEM PÁGINAS DE ASSINATURAS]

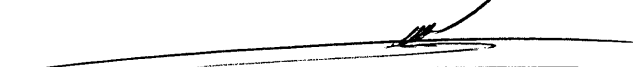
DUCEC

(Página de assinaturas 1/3 da Escritura Particular da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.)

CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S.A.



Nome: JOSE LUIS PARDO
Cargo: PRESIDENTE



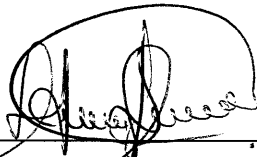
Nome:
Cargo: **José Zimmermann Jr.**
Diretor Administrativo e Financeiro



300000

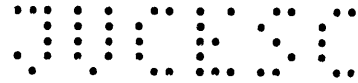
(Página de assinaturas 2/3 da Escritura Particular da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



Nome: Ana Paula de Oliveira
Cargo: Procuradora
RG: 28.306.958-2
CPF: 216.001.828-79





(Página de assinaturas 3/3 da Escritura Particular da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.)

TESTEMUNHAS:

1. Evelyn Roque Leal
Nome: Evelyn Roque Leal
RG: 35.242.897-1 - SSP/SP
CPF: 362.120.158-05

2. Heloisa Leone Peres Matos
Nome: Heloisa Leone Peres Matos
RG: 45.995.876-8 - SSP/SP
CPF: 375.612.938-10



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICO O REGISTRO EM: 15/12/2014 SOB Nº: ED001791000
Protocolo: 14/269804-0, DE 10/12/2014

Empresa: 42 3 0002073 7
CECRISA REVESTIMENTOS
CERAMICOS S/A -

Blasco Borges Barcellos

BLASCO BORGES BARCELLOS
SECRETÁRIO GERAL

[Handwritten signature]